

**TRAJETÓRIA DE PROFESSORAS NORMALISTAS DA DÉCADA DE 50 NA
REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS- PR:
UM RECORTE HISTÓRICO ATRAVÉS DA HISTÓRIA ORAL**

**Rosana Nadal de Arruda Moura - UEPG
Silvana Maura Batista de Carvalho – UEPG**

A sociedade brasileira, nas décadas de 1950-60, caracterizou-se pela democratização político-social e, pelo crescimento econômico nacional, advindo do capital estrangeiro que, se por um lado proporcionou a ampliação e diversificação do parque industrial nacional, por outro trouxe a solidificação do imperialismo norte-americano na definição dos rumos econômicos e políticos nacionais. Essa invasão econômica e cultural norte-americana entrou em choque com os interesses nacionalistas, acarretando em prejuízos econômicos, culturais e acentuando a instabilidade social, pois segundo ARANHA “...crescem as disparidades regionais, os centros urbanos começam a inchar, aumenta a inflação e as distorções da concentração de renda agravam a pobreza (1998, p.196).

Esse momento é marcado pelo aumento das desigualdades sociais, nas diversas regiões do país, gerado pela crise do modelo econômico nacional-desenvolvimentista baseado na industrialização, adotado a partir do Estado Novo na Era Vargas (1937-45). Portanto é um período de transição de uma sociedade rural/agrária/comercial para uma de base urbano-industrial, quando acelera-se o processo de industrialização/urbanização e, as “... atividades econômicas, políticas e culturais (...) vão se complexificando, *a educação escolar vai se fazendo necessária a uma quantidade maior de pessoas* (XAVIER, 1994, p. 127).

A necessidade de ampliação da educação escolar à maior parcela da população foi percebida pela finalidade imediata de qualificar a mão de obra para atuar no setor terciário da economia, advindo de uma sociedade urbana e, nessa fase

A produção do conhecimento vai sendo exigida uma velocidade cada vez mais intensa. E tal produção precisa ser registrada por escrito e difundida. Além disso, é preciso tomar conhecimento dela. Por essa e por outras razões, cada vez mais o saber ler e escrever se impõe como necessidade a um número maior de pessoas.

O saber ler e escrever vai deixando de ser um luxo, uma coisa de quem dispõe do ócio, como em tempos passados.

A escola, em especial (ainda que não apenas ela), vai tendo que se transformar para atender às exigências criadas por um contexto social desse tipo, transformações essas que a afetam

como um todo: no âmbito do corpo discente, do corpo docente, dos conteúdos, dos métodos, de suas instalações, etc (Idem, p. 128).

A exigência das mudanças educacionais para atender interesses econômicos, leva a uma discussão sobre a educação, para a adequação da mesma ao contexto político-econômico-social. Nesse sentido, reformas foram ocorrendo na primeira metade do século XX, entre as quais ressalta-se a Reforma Capanema – 1942-46, pela preocupação com o Ensino Primário e com as Escolas Normais, cujos princípios nortearam a formação de professores para o ensino primário, no período de 1946 a 1961, quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 4.024/61.

Nesse período, houve a expansão do sistema escolar para o atendimento a um número cada vez maior de alunos e, o aumento de instituições de Ensino Médio, de cunho público e/ou privado, responsáveis pela formação do professor primário, tendo em vista atender a demanda social. A organização da Escola Normal foi oficializada pelo decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 , que estabelecia as finalidades do ensino normal :

1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

(XAVIER,1994,p.197).

As finalidades estabelecidas pelo decreto-lei são claras no sentido de que esses cursos eram responsáveis pela formação para o magistério. A organização desses era feita com base na Lei Capanema e organizados de acordo com as administrações estaduais. De acordo com a referida lei , os cursos deveriam funcionar nos Institutos de Educação, “seriam ministrados a fim de especializar professores para a educação pré-primária, ensino complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas e música, assim como habilitar pessoal em administração escolar (direção de escolas, orientação de ensino, inspeção escolar, estatística escolar e avaliação escolar) (Idem).

Para atender as especificações descritas na lei , haviam duas modalidades do Curso Normal, o de 1º e o de 2º ciclo, ambas profissionalizantes. O curso de 1º ciclo, destinado a habilitar os professores leigos já atuantes, com duração de 4 anos. Essa modalidade foi a responsável por formar a maioria dos professores para o magistério e, em sua grade curricular, constata-se o predomínio de disciplinas de conteúdos específicos sobre as de formação pedagógica, deixando uma no que se refere à formação profissionalizante para o magistério de Pré-Primário e Ensino Primário, atualmente, Educação Infantil e séries iniciais (1ª a 4ª) do Ensino Fundamental.

A segunda modalidade – Curso Normal 2º Ciclo, com três anos de duração, reconhecido como de especialização para estudantes advindos do Curso Ginásial (atual Ensino Fundamental – 3º e 4º ciclos). Esse possuía um currículo mais específico para a formação docente, no qual considera-se a relevância dada às disciplinas pedagógicas, mas como era destinado à formação específica para o magistério, legalmente não dava condições de acesso a todos os cursos de nível superior, apenas aos pertencentes à faculdade de Filosofia.

Com o objetivo de ampliar a visão e, enriquecer a História da Educação Brasileira no panorama histórico-educacional revisto, buscou-se na memória de professoras normalistas formadas e atuantes nesse período, os registros de sua vivência, enquanto sujeitos históricos do período em questão, como alunas da Escola Normal e professoras atuantes na rede pública de ensino, situadas na Região dos Campos Gerais.

A memória é trazida no relato de fatos marcantes em sua história, pelos documentos oficiais e pessoais guardados e, agora reconhecidos pela representatividade de uma fase de suas histórias de vida. São vestígios que, além do valor estimativo, constituem-se documentos contextualizados e reveladores da história local, em diferentes realidades, zona urbana e rural, o que contribui para a compreensão do processo de ampliação do sistema escolar, no contexto de transição de uma sociedade, na época em franco processo de urbanização.

Na pesquisa realizada deparou-se com algumas dificuldades, mas procurou-se insistentemente entender as razões pelas quais, às vezes se é obrigado a tomar rumos diferentes. Por isso, nessa perspectiva é que remeteu-se aos estudos de história oral. A qual longe de ser uma metodologia nova, desde 1975 está em vigência o Programa de História Oral do CPDOC/FGV¹, que possui um acervo bastante considerável, objetivando produzir fontes para se estudar temas, cujos sujeitos ainda podem contribuir, a partir de suas próprias interpretações, apresentando os fatos de acordo com sua ótica.

Além desse programa, outras instituições de pesquisa, especialmente no campo das ciências humanas, têm-se voltado para a história oral e também a conservação das fontes orais.

Segundo RIOS

“Durante muito tempo, pesquisadores, sobretudo historiadores, procuravam as fontes orais para preencher lacunas deixadas pela ausência de outros documentos, principalmente os escritos. Os depoimentos orais eram solicitados para então responder

¹ CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas.

questões que outras fontes não tinham conseguido. Assim, a história oral ganhava legitimidade como documento complementar. Vale salientar que, não muito raro, encontramos historiadores que ainda hoje fazem entrevistas com esta finalidade” (2000, p. 10).

Portanto, é tangível que a oralidade esteja permeando as mais recentes discussões acadêmicas, buscando e ocupando um espaço na produção historiográfica moderna. Trazendo dessa forma uma possibilidade nova de entendimento do processo histórico, ou seja, da produção do conhecimento e, ainda sendo uma perspectiva de rompimento com o convencional, pois passa-se a verificar o contexto histórico sob a ótica do depoente, como afirma RIOS

... outro papel dado à História oral, refere-se à possibilidade de encontrar, através dos depoimentos de marginalizados, excluídos e vencidos, a verdadeira história. Uma história que rompe com o discurso oficial, e, portanto, capaz de desvendar a outra história oculta e mascarada pelo poder. O historiador assume, assim, a missão de dar voz aos sem-voz. (2000, p.10).

Portanto, embasando-se nos procedimentos que regulamentam a ação da História Oral, por sua possibilidade de desvendar uma outra história e dar voz aos depoentes, encontrou-se nessa modalidade o amparo para que as interrogações comecem a ser verificadas. Dessa forma, buscou-se com de ex-professoras normalistas, relacionar a trajetória da formação dessas com atuação profissional nas décadas de 1950 e 1960. Trabalho que, posteriormente, poderá contar com um número maior de depoentes, a fim de proceder uma análise ampla do mencionado processo.

Mas, como assevera CUNHA, a “ ... análise dos relatos das duas memorialistas em questão permitiram entrever as variadas práticas que atravessam e constituem as representações sociais desse ‘fazer feminino do magistério’. São imagens que compõem um mosaico que integra as maneiras de se perceber no mundo, são discursos que constroem, desconstroem a naturalização de papéis femininos esperados” (CUNHA, 2000, p. 369).

Tendo em vista a presença da generificação na Educação Brasileira, a história oral possibilita a reconstrução de papéis femininos em cada época , assim como, perceber as conquistas das mulheres no espaço público.

Dessa forma, compreende-se que ... “Como pressuposto a história refere-se ao passado, com continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral (MEIHY,1996, p. 13).

Assim, o compromisso do pesquisador se dá na medida em que os dados levantados sofrem a análise do ponto de vista do estudo em questão, logo se percebe que uma única entrevista, não permite tornar-se referencial para a investigação. É preciso que se disponibilize tempo e se adote uma postura afável, para que num primeiro momento as informações presas no entrevistado saiam em função das propostas que se veicula.

Após o primeiro impacto, há a recorrência de dados extremamente importantes. Com esse propósito, destacou-se alguns dos aspectos relevantes, verificados nas entrevistas com interlocutoras. Observa-se nos depoimentos, questões referenciais da formação profissional e da atuação docente, desses sujeitos da história da educação brasileira na Região dos Campos Gerais – Pr.

A primeira depoente é Ligia Nadal de Arruda Moura, professora aposentada, entrevistada em 15/09/2002. Ligia é filha de descendentes de imigrantes italianos,nascida no bairro de Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa, local em que se concentrou a maioria dos italianos vindos de Treviso e, onde dedicaram-se a atividades agro-pastoris. Foi a terceira das três filhas do casal e, pela perspectiva de constituir família,mudou o rumo de sua formação, já no ensino médio, optou pelo magistério, como comenta

....Comecei o 2ª grau no Colégio Regente Feijó ,optando pelo Curso Científico²,porque desejava fazer Direito ou Odontologia.Quando em meados do 2ºano conheci a pessoa com a qual me casaria e por exigência do meu pai (um sábio para sua época) fui obrigada a começar outro 2ª grau, agora o magistério porque deveria fazer um curso profissionalizante o que o científico não era.

Ao comentar que estudava no Colégio Regente Feijó , refere-se a uma das instituições de ensino público mais antigas da cidade de Ponta Grossa, pois foi criada em 1927, como Ginásio, para atender alunos oriundos do interior do estado e, em 1946 com a implantação do primeiro curso secundário, passou a denominar-se Colégio. (LUPORINI, 1997, p. 102)

² Curso Científico ao qual se refere a professora equivale atualmente ao Curso de Ensino Médio – Educação Geral , com objetivo propedêutico , ou seja, para o acesso ao ensino superior.

Ainda, nesse depoimento percebe-se que a professora reconhece a mudança para o magistério como positiva, pois elogia a sabedoria de seu pai pela interferência em seu processo de escolarização. E, demonstrando a valorização da carreira assumida, destaca

Ingressei na Escola Normal Sant'Ana (Colégio Sant'Ana) ainda hoje localizado à Rua Pinheiro Machado. E, em agosto desse mesmo ano, fui nomeada pelo Secretário Municipal Dr. João Ricardo Borell Du Vernay, professora municipal da Escola Santa Rita, no Bairro de Uvaranas. Nesse local, hoje funciona um destacamento do corpo de bombeiros, tendo a escola sido transferida para uma quadra antes (quem vai do centro ao bairro) e mais tarde mudado seu nome para Octácia Hasselmann.

Nessas palavras evidencia-se a opção pelo magistério em função da necessidade da formação para uma atuação efetiva. Para a qual optou por uma instituição particular confessional, a mais antiga da cidade, pois foi fundada em 1905, como Escola da Paróquia Sant'Ana, passando para Colégio Sant'Ana, onde em 1946 recebeu a permissão para o funcionamento do Curso Normal (LUPORINI, 1997, p. 94).

Também fica claro nas palavras dessa professora que o início de sua atuação na escola municipal, se deu pela indicação de autoridade municipal. Ainda, com relação ao início de suas atividades, a mesma comenta

Em 1957 fui designada para a escola da Colônia Dona Luíza (onde hoje é um prolongamento do cemitério daquele bairro) e nos princípios de 1958, a pedido da Secretária de Educação (Dércia do Carmo Novinski) passei a trabalhar com as irmãs da Vila Vicentina (Colégio Vicentino), permanecendo até o meu matrimônio quando mudei para a creche do lar São Francisco de Assis, na rua Santos Dumont (da mesma congregação), permanecendo aí até minha licença maternidade (então de 3 meses), após a qual, a pedido do meu esposo e com dificuldades por ter nenê pequeno, pedi exoneração do cargo para dedicar-me somente ao lar.

Mais uma vez, por questões pessoais, Ligia, muda o rumo de sua história, abdicando de sua carreira profissional em prol do bem estar da família. Tal situação vivida por essa professora, traz à tona as dificuldades que viveram e vivem a maioria das mães de família que acumulam funções, dentro e fora do lar.

E, depois de alguns anos, reconhecendo a importância do magistério em sua vida, essa docente retorna às atividades, em 1964, como afirma

Voltei então, em 1964 ao magistério trabalhando na Escola Humberto Cordeiro onde a maçonaria dava o imóvel e a prefeitura os professores. Localizava-se na rua do Rosário, fazendo esquina com a Benjamin Constant. Em julho desse ano (1964) fui nomeada pelo então governador Ney Braga, como professora do Estado e lotada no Colégio Diocesano São Luiz, na praça Barão do Rio Branco. Conversei com a secretária, dona Dércia e atendendo seus apelos fiquei no cargo até o final daquele ano pois segundo a mesma não teria quem colocar em meu lugar, pois possuía a 4ª série e na época muitos alunos. Aquiesci ao seu pedido e só pedi exoneração do cargo de professora municipal no fim daquele ano. Continuei no Colégio São Luiz até minha transferência para a Escola Senador Correia, pois além de localizar-se em frente de minha casa, ainda poderia trabalhar à tarde, o que facilitaria meus afazeres como mãe, pois já que possuía três filhas.

Na trajetória de formação e de profissão de Ligia, constata-se que a mesma fez parte da história de importantes instituições de ensino da região. Como aluna estudou no Colégio Regente Feijó e Colégio Sant'Ana e, como professora, além de atuar em pequenas escolas da rede municipal, ao iniciar sua carreira como professora da rede estadual trabalhou no Colégio São Luiz, instituição de ensino dirigida pelos padres da Congregação Verbo Divino e, no atual Colégio Senador Correia, instalado em 1912, como a primeira escola pública da cidade, nascido da fusão de duas escolas isoladas (Cf. LUPORINI, 1997).

Da continuidade de sua carreira comenta que retorna aos bancos escolares, na mesma instituição de sua formação inicial, o Colégio Sant'Ana, com o objetivo de cursar o "Adicional de Especialização de Professores para o Magistério Pré-escolar", com um ano de duração, tendo em vista uma atualização profissional e, a possibilidade de ascensão na carreira docente. No início da década de 1980, atuando sempre na docência nas séries iniciais, essa professora aposenta-se na Escola Senador Correia, onde atuou por mais de vinte anos.

A segunda depoente é a professora aposentada Livair da Silva Batista, entrevistada em 11/09/2002. Como filha de família abastada da localidade de Bom Jardim do Sul, município de Ivaí, no interior do estado do Paraná, seus pais em busca de melhores condições de

formação para os 04 filhos, dentre os quais, Livair era a caçula, optaram por instituições educacionais confessionais em cidades vizinhas.

Por isso, a professora em questão, depois de cursar a 2ª série do ensino primário, no Grupo Escolar Getúlio Vargas, em sua própria localidade, concluiu o Ensino Primário no Colégio Santa Terezinha, na cidade de Imbituva – Pr., uma escola particular confessional. Na qual, devido à distância de aproximadamente 60 km da localidade de origem, Livair era interna na escola, pois na época haviam dificuldades quanto aos meios de transporte, condições das estradas, inviabilizando um deslocamento rápido como ocorre atualmente, em que os alunos, da referida região, deslocam-se, diariamente para um centro maior, buscando formação, seja em nível de ensino fundamental, médio e /ou superior.

As condições sócio-econômicas familiares possibilitaram-lhe dar continuidade aos estudos, na cidade de Castro – Pr., também em regime de internato, pela distância maior de sua localidade, há aproximadamente 120 km que, eram percorridos de carro e de trem. No Colégio São José, concluiu o curso primário, cursou o ginásio e no ano de 1950, estava matriculada no Curso Normal e concomitantemente no Curso de Contabilidade, uma formação em nível mais elevado para a época e a região que residia.

Muitas são as recordações guardadas do tempo de formação. Dentre essas, Livair guarda o diploma do Curso Normal reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura, regulamentado pelo decreto-lei nº 2368/46, que determinava a organização desse curso, na época, de acordo com o Decreto-lei Federal nº 8350, de 02 de janeiro de 1946.

Este sujeito, comenta também, sobre o orgulho de estudar numa das escolas de renome na região, pois o Colégio São José de Castro, oferecia formação desde o Jardim da Infância, Primário, Ginásio, Normal e Contabilidade, em regime de internato e externato, com um corpo docente formado, em sua maioria por religiosas e poucos “professores leigos selecionados”³.

Ratificando o depoimento, confere-se na história da Educação Brasileira, na região dos Campos Gerais que, essa instituição foi uma das pioneiras na implantação da Escola Normal, em 1946 (LUPORINI, 1997, p.61), responsável pela formação de muitos professores, ainda hoje, atuantes nos diversos níveis de ensino no estado do Paraná.

Do cotidiano escolar, durante o ensino médio, lembra

³ Professores leigos aos quais se refere a entrevistada são aqueles que não integravam nenhuma comunidade religiosa, mas que tinham formação adequada para o magistério em nível de ensino médio.

As aulas tinham início às 7:30 h, até às 11:30h, do Curso normal, estudo das 13:00 h até às 14:30 h. Aulas de Contabilidade das 15:00 às 18:00 h.. A turma feminina era separada da masculina, que funcionava à noite e o estudo das 19 às 20 h.

Ao comentar sobre o horário das aulas e separação das turmas, percebe-se a questão da disciplina rígida quanto ao cumprimento de horário e de tarefas e, evidencia-se o diferente tratamento dado ao gênero masculino e feminino ,servindo a formação escolar para direcionar aos diferentes espaços e papéis reservados para homens e mulheres na sociedade da época.

Tal questão, confirma-se, a afirmação de LOURO de que está

“... o conceito de gênero (...) ligado à produção de identidades – múltiplas e plurais – de mulheres e homens no interior de relações e práticas sociais (...). Nesse sentido a escola, como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um lócus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres e, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero”(In: CATANI et al, 1997 , p.77).

Tanto a questão sobre a generificação na educação, como a de disciplinamento tinham o objetivo de preparação para a adaptação social e a manutenção da organização vigente, tanto que, lembrando sobre as atividades extraclasse, a professora afirma que havia

Lazer , com jogos orientados nos recreios, passeios duas vezes por semana, na quinta- feira e no domingo, incluindo sessões de cinema , no Cinema Paroquial, com filmes selecionados e religiosos, sempre acompanhadas pelas irmãs.

Como registro desses momentos possui algumas fotos que mostram os uniformes usados em diferentes momentos , assim como lembra sobre o comportamento das alunas em tais situações.

A disciplina era rígida, exigia-se obediência completa tanto na sala de aula, de estudo, no recreio, no dormitório e no refeitório, o silêncio era absoluto. Qualquer infração resultava desde castigos até a expulsão.

No sábado à noite havia aula de polidez, quando as alunas com bom comportamento recebiam a cruz de honra.

Tais depoimentos corroboram a vigência de uma disciplina compreendida como comportamento exemplar, com premiação para os melhores e, dessa forma, exemplificam a “teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica”, segundo a qual a força simbólica da escola está em reforçar a força material do sistema de produção capitalista, crítica feita pelos críticos-reprodutivistas quanto ao papel da escola reprodutora das relações de poder da dinâmica social (SAVIANI, 1995).

Quanto à formação científica no Curso Normal, confere-se nas palavras da referida professora que, a grade curricular do curso , com duração de três anos, com disciplinas mais específicas para a docência, ofereceu-lhe uma formação abrangente para o magistério no ensino primário. A valorização dessa formação era percebida no quesito para o ingresso no curso, pois Livair comenta que prestou um exame de seleção para ter acesso à Escola Normal, teste similar ao exame vestibular para o ingresso em cursos universitários, atualmente. Reconhecendo o valor das disciplinas em sua formação, lembra que

Na 1ª série, em Português e Matemática, era incluído todo o programa do Curso Primário e, na 3ª série, em Prática do Ensino Primário, era incluído todo o conhecimento de livros usados em sala de aula, como: diário, cálculo de média, percentagem, frequência, etc ... e, em Música e Canto, aprendia-se as notas musicais, solfejo, canto , avaliados através de provas escritas e orais.

Lembrando as disciplinas preferidas, afirma que

As matérias preferidas eram Higiene e Puericultura que incluía até papinha para o nenê, cujo conhecimento me ajudou nos cuidados de minhas filhas e, Metodologia (do Ensino Primário que orientava) os estágios do curso que eram feitos no próprio colégio com planejamento completo, com planos de aula: motivação, objetivos, desenvolvimento, planos globalizados⁴. As alunas internas eram responsáveis por uma matéria durante o ano , no curso primário.

⁴ Planos globalizados era o planejamento feito a partir de um tema central , através do qual eram desenvolvidos os conteúdos de várias áreas de conhecimento, essa perspectiva é contemplada atualmente, através da previsão de um trabalho pedagógico interdisciplinar e suas possibilidades em todos os níveis de ensino.

Confere-se , nessas afirmações , a preocupação na preparação para o exercício do magistério quanto ao domínio de conteúdos específicos, à formação pedagógica e até, com o preparo técnico para as questões administrativas e burocráticas.

Dessa forma, percebe-se que essa contemplava questões práticas, além do conteúdo específico, embora não fique evidente que havia uma integração entre as disciplinas do curso. Mas, tal questão não foi comentada pela professora, ainda constitui-se uma preocupação atual, nos cursos de formação de professores, em nível superior, busca-se “ uma maior articulação e integração entre ‘conteúdos acadêmicos’ e ‘metodologia’(‘o quê’ e ‘como’ ensinar) e entre teoria e prática pedagógica (CARVALHO, 1988,p.71), assim como também, integra as atuais propostas curriculares para o ensino fundamental e médio, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – 1997.

Formada na Escola Normal e no Curso de Contabilidade, em 1953 , volta à cidade de origem, onde aguarda uma vaga e a nomeação para iniciar a carreira docente. Portanto em Bitu Mirim, atual localidade de Bom Jardim do Sul, realidade onde atuavam professoras, na maioria, sem habilitação, ou seja, sem formação no Curso Normal, aguarda uma oportunidade para ingressar no magistério da rede pública estadual de ensino, a qual dependia de indicação política e, não como atualmente, da realização de concurso público,ou contratação por teste seletivo. Fato que , no depoimento de Livair, aparece como uma barreira para o início de carreira.

A nomeação era indicação pelos políticos. Por esse motivo só consegui em 1955, como professora no Grupo Escolar Bitu Mirim.

Nessa escola de pequeno porte, pois segundo a entrevistada , essa instituição atendia 180 alunos, contava com 9 professoras e duas serventes, num prédio com 5 salas de aula, uma biblioteca e um gabinete⁵. A denominação inicial da mesma era Grupo Escolar Getúlio Vargas, pois foi inaugurado em 1938, durante o Governo Vargas, mas, em 1946 , recebeu nova denominação, desta vez o nome da própria localidade.

Sobre o início de sua atuação docente , na década de 50 e 60, a professora relata

...tomei posse em 08/1955. Assumi uma turma de 4ª série. Aí com todo entusiasmo de recém formada, amor e dom da vocação herdada de meus pais, apliquei todo o

⁵ Gabinete a que se refere é a sala destinada à Direção da escola.

conhecimento adquirido na minha formação, muito bem recebida e apreciada pela direção da escola, colegas e alunos, tendo como resultado um ótimo índice de aprovação.

Nesse relato percebe-se a importância do professor normalista, pois na referida época, eram poucos habilitados, confere-se a forma de ingresso no magistério através de indicação política, o que demonstra que a demanda de profissionais no mercado de trabalho era pequena, assim como, o número de escolas e a parcela da população que tinha acesso à escolarização, realidade em transição na década de 50. Além disso, ressalta-se a valorização da formação recebida pela competência reconhecida pelos parceiros.

Quanto à atuação na década de 50 e 60, Livair conta

Como no Estabelecimento, o corpo docente era formado por professores sem habilitação, em abril de 1956, mesmo não requerendo a designação para a Direção da Escola, por indicação política, fui designada para a função. Assumi e a exerci com muita dedicação, amor e doação, acumulando conjuntamente a secretaria e orientação.

Nessa afirmação confere-se a valorização do magistério por parte do sujeito da pesquisa, assim como também, o comprometimento as atividades escolares a serem realizadas, assim como também, revelam a realidade de uma escola de interior e a necessidade de polivalência docente no funcionamento da escola.

Quanto ao desempenho das novas funções assumidas, como professora recém formada, Livair comenta sobre a realidade encontrada e a busca de atualização para a melhoria da qualidade de ensino na localidade.

Encontrei um sistema de ensino arcaico, usado desde o início das atividades do Grupo Escolar. Para atualizar procurei o Grupo Escolar Amálio Pinheiro de Ponta Grossa, que prontamente me atendeu, cedendo todo o conteúdo programático do curso (primário), usado no estabelecimento, inclusive a divisão da matéria por mês, os Livros de Pontos⁶ da 1ª a 4ª séries, as provas, etc..., que adotei na “minha Escola”. Passei a comprar as provas objetivas como modelo que adaptava e, assim, foi melhorando o nível de ensino.

⁶ Esses “Livros de Pontos” eram os similares às apostiladas utilizadas atualmente, pois na falta do livro diático, eram organizados de acordo com o programa da disciplina, os temas, assuntos – denominados na época de Pontos, a serem estudados em cada série. Como exemplo de um Caderno de Pontos – Conhecimentos Gerais, que englobava temas de História e Geografia.

As palavras dessa professora normalista demonstram a consciência com relação à precariedade encontrada numa realidade escolar de interior, percebe-se ainda, a importância da formação recebida pela busca de melhoria de qualidade de ensino em centros maiores, nesse caso na cidade de Ponta Grossa que dista 70 km da localidade em questão. Ao referir-se ao Grupo Escolar Amálio Pinheiro confirma a importância dessa instituição na região, pois é um dos mais antigos grupos escolares da cidade, inaugurado na década de 30

Além da preocupação com o ensino, em sua atividade administrativa, na qual permaneceu de 1956 a 1967, Livair comenta sobre as atividades desenvolvidas na escola e com a comunidade local como as comemorações cívicas, integrantes do calendário escolar com o advento da República para a formação de uma identidade nacional.

O desfile do dia 7 de setembro era simples. Para melhorar organizei uma pequena fanfarra, comissão de frente com trajes especiais, até baliza. Imitando sempre os desfiles de Ponta Grossa. Em seguida fazia concentração no palanque preparado na frente da escola, com apresentações de discurso por um professor e um aluno, declamação de poesia, cantos, número de ginástica pelos alunos.

O dia da Criança era comemorado com números de poesia, cantos e jogos: corrida de saco, agulha, ovo, subida no pau de cebo, procurar e calçar um par de sapatos, brincadeiras de roda, tudo com premiação aos ganhadores. Depois era servido aos alunos um gostoso lanche com suco (capilé), sanduíche, balas, bolachas, etc

No dia da Árvore os alunos plantavam mudas de árvore no pátio e no jardim da escola, com apresentações de discursos, poesias, ou então, fazíamos piquenique com alunos e professores em locais apropriados, que tivessem rio e árvores. Nesse local eram feitas brincadeiras, jogos e lanche.

Quanto às comemorações das datas cívicas percebe-se a integração da escola na comunidade local, a importância de tais datas no currículo vigente e, a forma como o ideário republicano ultrapassa os muros da escola, levando à comunidade local fatores aglutinadores em torno da formação de uma identidade nacional na sociedade brasileira, como fortalecedora de um regime em solidificação.

Além das comemorações cívicas previstas no calendário escolar, na direção do estabelecimento, a professora relata com entusiasmo a organização de festas de encerramento de ano letivo.

Nessas ocasiões eram expostos os trabalhos manuais confeccionados pelos alunos, eram entregues os diplomas dos alunos da 4ª ou 5ª série⁷, a festa contava com barraquinhas, brincadeiras e leilão de prendas angariadas pelos alunos.

Na pequena localidade, a dinâmica da escola ultrapassava a instrução escolar,. Pois a direção da mesma responsabilizava-se pela formação religiosa dos alunos, através do trabalho de catequese de preparação para a 1ª Eucaristia , como comenta Livair

A Festa de 1ª Eucaristia dos alunos que eu mesma catequizava era realizada com uma missa às 8:00 horas, em seguida a sessão de fotos dos alunos, pais e catequista e, a parte festiva com churrasco, leilão, barraquinhas, aberta à toda a comunidade.

Outro aspecto da vida da comunidade era contemplado pelas atividades escolares , pois eram organizados números de teatros, como esclarece Livair

Eram organizados números variados de teatro com danças, cantos, poesias, diálogos, desafios, comédias , apresentados pelos alunos e professores. Ainda, levávamos as apresentações às vilas vizinhas com o objetivo de angariar lucro para a escola, o que reverteu em melhorias na merenda escolar, agasalhos e uniformes para os alunos carentes e, os resultados ajudaram até na construção de uma sala ...

Além do aspecto cultural, tais atividades tinham o objetivo de atender as necessidades básicas da parcela carente da população atendida pela instituição escolar, fato que revela as dificuldades sentidas numa pequena localidade , na metade do século XX, o que, remete, a tais questões, no momento atual, percebidas de forma cada vez mais acentuada, em realidades da zona rural e/ou urbana e, que continuam suscitando medidas eficazes.

Quanto a construção de uma nova sala de aula, Livair comenta sobre a implantação do jardim da Infância, hoje Educação Infantil, com o objetivo de atender crianças de 4 a 6 anos, em fase pré-escolar. Dos recursos para construção da sala lembra

... para implantação do Jardim da Infância, foi auxiliado com doações em geral, sendo que a mão de obra foi doada pelo meu sogro, que ajudava a escola, sempre que solicitado.

⁷ Nessa época o ensino primário tinha a 5ª série como optativa para quem quisesse cursar, pois para o ingresso no curso ginásial, bastava a 4ª série e o exame de admissão , semelhante ao teste de seleção vestibular atual.

Segundo a professora, em 1960, funcionou a 1ª turma de Jardim da Infância, cujo modelo de implantação, a mesma buscou junto a Secretaria Estadual de Educação e, por indicação desse órgão, contatou com uma escola-modelo de Curitiba, adotando o método, o planejamento e os materiais didáticos utilizados e repassados por essa pré-escola da capital do estado.

De seu tempo de atuação na referida escola Livair lembra com saudades, os diversos momentos de sua atuação na direção, sua luta junto, pela e para a comunidade local, onde contou com o apoio da mesma e, em especial de seus familiares, para melhoria das condições de infra estrutura e qualidade de ensino.

A continuidade de sua carreira docente, até o ano de 1982 quando se aposentou, foi na cidade de Ponta Grossa, onde na Escola Estadual São Jorge, no bairro da Madureira, encerrou as atividades tendo desempenhado as funções de Orientadora Pedagógica e Secretária, portanto as atividades desenvolvidas foram ligadas à administração escolar.

Tem-se então, pelas contribuições que a história oral possui a cerca de sua inserção como metodologia da pesquisa a revelação de histórias vividas e lembradas sobre a formação de professoras normalistas na década de 50, assim como, sua atuação docente no momento transitório da sociedade brasileira, em que o sistema educacional é ampliado para atender às necessidades do processo de industrialização e urbanização.

Nas memórias desses sujeitos buscou-se, perceber como se viveu esse processo, trazendo o enriquecimento da produção do conhecimento histórico sobre a história da educação brasileira, na região dos Campos Gerais, na fase de transição da sociedade brasileira e, conseqüentemente das adequações do sistema educacional nesse contexto.

Referências Bibliográficas:

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *A história da educação*. 2 ed, São Paulo: Moderna, 1996.
- CARVALHO, Ana Maria Pessoa de (coord). *A formação do professor e a prática de ensino*. São Paulo: Pioneira, 1988.
- CUNHA, M. T. S. Diários íntimos: memórias de professoras normalistas. In: *I Congresso brasileiro de história da educação no Brasil: história e historiografia*. Rio de Janeiro, 2000. (caderno de resumos).
- FERREIRA, M.M.(org). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FONSECA, Selva Guimarães *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas-SP: Papirus, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e magistério: identidade, história, representação. In: CATANI, Denice Bárbara; BUENO, Belmira Oliveira; SOUSA, Cynthia Pereira de; SOUZA, Maria Cecília C.C.(orgs). *Docência memória e gênero: estudos sobre formação*. São Paulo, Escrituras editora, 1997.

LUPORINI, Teresa Jussara (org). *Catálogo das fontes primárias e secundárias para a educação brasileira, localizadas no estado do Paraná* (região dos campos gerais: Castro, Palmeira, Piraí do sul e Ponta Grossa). Ponta Grossa, UEPG, 1997.

MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REVISTA Brasileira de História. São Paulo, v. 9, n. 19, set/89.

RIOS, K. S. História oral que história é essa ?. In: CADERNOS CEOM. Chapecó: Argos, 2000, n. 12.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. Campinas-São Paulo: Autores Associados, 1995.

SILVA, Z. L. (org). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP-FAPESP, 1999.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *A história da educação: a escola no Brasil*. São Paulo:FTD,1994 (Coleção Aprender - Ensinar).